

28 NOV 1986

Simplesmente uma vergonha

Congresso

Têm-se dito e repetido que o atual Congresso brasileiro, ao contrário das melhores expectativas que em relação a ele nutria a sociedade, em termos de atuação eficiente e responsável, em razão da recuperação de suas prerrogativas de Poder de Estado — por sua vez decorrente do processo de redemocratização que atravessamos — se revelou um dos mais decepcionantes, omissos e desmoralizados da história do País. E não é para menos. Este Congresso que aí está, mais do que quaisquer outros que o antecederam, se dedicou preponderantemente à preservação dos privilégios de seus membros: privilégios mesquinhos, bem entendido, que nada têm que ver com prerrogativas inerentes às responsabilidades de um Poder de Estado, mas sim com vantagens pessoais, com “comodidade” e “facilidade”, com o “algo a mais” apenas usufruído pelos que dispõem do poder de legislar em causa própria, e a isso se dedicam sem o menor escrúpulo.

Exemplos? Ora, estes abundam: o absentismo crônico, a gazeta quase permanente de deputados federais e senadores da República de seus locais de trabalho (as Casas Legislativas), a percepção de polpudos *jetons* sem comparecimento, a manutenção do acinto-

so privilégio fiscal — pelo qual os parlamentares só são tributados no Imposto de Renda quanto à parte fixa, que é irrisória, em relação a seus rendimentos globais —, os “trens da alegria” em favor das parentelas e dos apaniguados políticos ou cabos eleitorais, as deliberações sem quórum, a preservação do ultrajante “voto de liderança” — que dispensa os “liderados” de qualquer participação, responsabilidade e, portanto, trabalho — e assim por diante.

Se tudo isso não bastasse, e se não bastasse a última longa ausência dos senhores parlamentares do Congresso Nacional — uma vez que suas últimas deliberações datam do primeiro semestre deste ano, a partir do que se dedicaram integralmente a suas campanhas eleitorais —, voltam eles a Brasília nos dias finais da atual legislatura e com a maior rapidez passam a deliberar sobre o quê? Evidentemente, sobre algo de seu exclusivo interesse: elabora-se na Câmara dos Deputados um projeto de decreto legislativo destinado a aumentar a remuneração dos congressistas — os futuros constituintes — em nada menos do que 110%! Mantendo a atual composição de vencimentos dos congressistas, que se constitui de uma pequena

parte fixa, em torno de 15% (pois é sobre esta, e apenas esta, que incide o Imposto de Renda), e mais uma grande parte variável — compreendida por *jetons*, ajudas de transporte, moradia, correios, telefones, serviços de gabinete —, etc. o valor global, que hoje corresponde a cerca de Cz\$ 42 mil, passará para Cz\$ 90 mil.

Referido projeto também propõe que, para “compensar” os parlamentares não-reeleitos, será oferecida a cada um deles a importância de 50 mil cruzados, a fim de que desocupem os apartamentos funcionais antes de 15 de janeiro, dando lugar aos novos ocupantes. Não se levou em consideração o fato de o recesso parlamentar começar no dia 5 de dezembro — o que dará aos parlamentares não-reeleitos 40 dias para suas respectivas mudanças. Na verdade, esse pequeno “estímulo” não passa de um “agradado” para que os não-reeleitos não criem algum obstáculo à aprovação do projeto.

Veja-se agora o cinismo da argumentação do líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga: “Não há congelamento de salários, só de preços, e nada impede esse reajuste”. Quer dizer então que esse brutal aumento de 110%, sob a plena vigência do Plano Cru-

zado — bandeira maior da campanha eleitoral peemedebista —, tem algum paralelo nos reajustes salariais de quaisquer cidadãos pertencentes a quaisquer atividades, no setor público ou privado, neste país? Não é um descaramento sem medidas, uma verdadeira provocação, fazer-se tal aumento desproporcional de vencimentos “para proteger os parlamentares dos efeitos futuros da inflação”, justamente no momento em que a população brasileira sofre o violento impacto do Cruzado II, enorme sacrifício imposto a todos para a contenção da espiral inflacionária, e em relação ao qual ninguém está “protegido”, nem no presente, quanto mais no futuro?

Sem dúvida alguma, com esta iniciativa tomada ao final de quatro anos de decepção antíssima trabalho, os senhores parlamentares, membros do Congresso que aí está, superam-se a si mesmos: na desfaçatez, no desprezo pelo dinheiro dos contribuintes, na irresponsabilidade, no egoísmo, na locupletação e no engodo.

Queira Deus que o próximo Congresso — que será Assembleia Nacional Constituinte — suba em muitos e muitos degraus morais, em relação ao atual. Pois, caso contrário, pobre desta nossa recém-nascida democracia.